

**ANEXO II – A1**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS 2013 a 2015**  
 (Art. 4º, § 1º. da LC nº 101/2000)

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>			<b>2014</b>			<b>2015</b>			R\$ 1.000,00
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (*)	% PIB (B/PIB) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (*)	% PIB (C/PIB) x 100	
Receita Total	32.814.329	31.068.304	16,45	34.581.915	31.331.904	15,86	36.888.594	31.982.565	15,53	
Receitas Não-Financeiras ( I )	30.764.173	29.127.235	15,42	33.049.554	29.943.554	15,16	35.283.667	30.591.086	14,86	
Despesa Total	32.814.329	31.068.304	16,45	34.581.915	31.331.904	15,86	36.888.594	31.982.565	15,53	
Despesas Não-Financeiras ( II )	30.233.924	28.625.200	15,15	32.469.560	29.418.068	14,89	34.613.588	30.010.125	14,58	
Resultado Primário ( I - II )	530.249	502.035	0,27	579.994	525.486	0,27	670.079	580.961	0,28	
Resultado Nominal	2.434.697	2.305.149	1,22	2.026.000	1.835.596	0,93	272.688	236.422	0,11	
Dívida Pública Consolidada	13.281.251	12.574.566	6,66	15.313.591	13.874.418	7,02	15.592.647	13.518.890	6,57	
Dívida Consolidada Líquida	11.787.632	11.160.421	5,91	13.813.632	12.515.426	6,33	14.086.320	12.212.898	5,93	

Fonte: Seplan

(\*) Preços médios esperados 2012 com base na projeção do IGP-DI

**ANEXO II – A2**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 1º da LC nº 101/2000)

**Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2012 a 2015**  
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2012	7.484.453	3.340.016	10.824.469	1.471.534	9.352.935
2013	8.017.204	5.264.047	13.281.251	1.493.619	11.787.632
2014	9.159.596	6.153.995	15.313.591	1.499.959	13.813.632
2015	9.058.177	6.534.470	15.592.647	1.506.327	14.086.320

Fonte: Sefaz / Saf / Depat / Gepub

**Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2012 a 2015**  
(a preços médios esperados 2012) \*

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2012	7.484.453	3.340.016	10.824.469	1.471.534	9.352.935
2013	7.590.615	4.983.951	12.574.566	1.414.145	11.160.421
2014	8.298.776	5.575.642	13.874.418	1.358.993	12.515.426
2015	7.853.477	5.665.413	13.518.890	1.305.992	12.212.898

Fonte: Sefaz / Saf / Depat / Gepub

\* Corrigida pelo IGP-DI

**ANEXO II – B**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso I da LC nº 101/2000)

## **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2011**

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu artigo 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2011 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 12.039, de 28 de dezembro de 2010 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei nº 12.041, de 29 de dezembro de 2010 a incorporar ajustes nas metas fiscais. Os parâmetros fixados na referida LOA são objeto dos comentários a seguir:

### **Resultado Fiscal**

O Resultado Primário, no exercício de 2011, foi de R\$ 772.944 mil, 95,87% superior à meta original fixada na LDO que foi de R\$ 394.612 mil, e ficou 171,00% superior à meta fixada na LOA, de R\$ 285.215 mil. Este comportamento foi decorrente do desempenho das receitas correntes, que permitiu a cobertura integral das despesas correntes e, ainda, gerou um excedente para o financiamento de parte das despesas de capital. As receitas correntes alcançaram um total de R\$ 26.161.887 mil contra uma despesa corrente de R\$ 24.070.824 mil, resultando num superávit corrente de R\$ 2.091.063 mil.

### **Metas Fiscais** **Exercício de 2011**

<b>Descrição</b>	<b>Previsão Atualizada</b>	<b>Realizado</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
Receitas Fiscais	27.030.503	26.207.967	96,96
Despesas Fiscais	27.582.804	25.435.024	92,21
Resultado Primário	(552.301)	772.944	(139,95)
Resultado Nominal	(189.186)	(139.119)	73,54

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Para o exercício de 2011, a meta do resultado nominal indicava que a Dívida Consolidada Líquida poderia diminuir em até R\$ 189.186 mil. Entretanto, o resultado nominal realizado demonstra que houve uma redução do estoque desta dívida no montante de R\$ 139.119 mil.

### **Receita Total**

A arrecadação total do Estado no exercício de 2011 atingiu o montante de R\$ 27.074.535 mil que, comparado ao valor previsto de R\$ 28.382.432 mil, correspondeu a 95,39% do estimado para o ano. A frustração da arrecadação foi de 4,61%, provocada principalmente pelas receitas de capital, que tiveram

uma realização de 49,69%. As receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, alcançaram o valor de R\$ 26.161.887 mil, correspondendo a 98,55% do valor orçado atualizado.

### Execução Orçamentária da Receita

Exercício de 2011

Receitas	Dotação Orçamentária (a)	Realizado (b)	R\$ 1.000,00 % Realização (b/a)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>26.545.873</b>	<b>26.161.887</b>	<b>98,55</b>
Receita Tributária	14.196.879	14.183.219	99,90
<i>ICMS</i>	12.358.432	12.161.097	98,40
<i>Outras Tributárias</i>	1.838.446	2.022.121	109,99
Receita de Contribuições	1.388.408	1.599.077	115,17
Receita Patrimonial	273.585	416.364	152,19
Receita Agropecuária	1.713	286	16,71
Receita Industrial	216	71	32,90
Receita de Serviços	211.796	87.100	41,12
Transferências Correntes	10.037.910	10.139.369	101,01
<i>FPE</i>	5.449.265	5.645.964	103,61
<i>Transferências Multigovernamentais - Fundeb</i>	2.151.610	2.201.822	102,33
<i>Outras Transferências</i>	2.437.035	2.291.582	94,03
Outras Receitas Correntes	1.495.419	1.014.923	67,87
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(2.846.122)	(3.054.185)	107,31
Receita Intraorçamentária Corrente	1.786.071	1.775.662	99,42
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.836.558</b>	<b>912.649</b>	<b>49,69</b>
Operações de Crédito	1.014.627	448.565	44,21
Alienação de Bens	85.984	8.339	9,70
Amortização de Empréstimos	72.418	93.369	128,93
Transferências de Capital	652.907	362.375	55,50
Outras Receitas de Capital	10.623	0	0,00
<b>Total</b>	<b>28.382.432</b>	<b>27.074.535</b>	<b>95,39</b>

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

Contribuindo com a parcela mais significativa, as receitas tributárias em 2011 atingiram o montante de R\$ 14.183.219 mil, ou seja, 99,90% do valor previsto de R\$ 14.196.879 mil. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$ 12.161.097 mil, equivalente a 98,40% do valor orçado para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receita do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado de 101,01% do previsto. Pode-se destacar, dentre as transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, com uma realização total de R\$ 5.645.964 mil, situando-se 3,61% acima da previsão orçamentária.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$ 912.649 mil, equivalentes a 49,69% do previsto, a maior participação foi das operações de crédito, com realização de R\$ 448.565 mil, correspondendo a

44,21% do esperado, seguida das transferências de capital, que atingiram o montante de R\$ 362.375 mil, equivalente a 55,50% do previsto.

### Despesa Total

A despesa realizada em 2011 totalizou R\$ 27.139.530 mil, correspondendo a 92,36% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As despesas correntes representaram 88,69% e as despesas de capital 11,31% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 95,90% do previsto.

### Execução Orçamentária da Despesa Exercício de 2011

Despesas	Dotação Orçamentária (a)	Realizado (b)	R\$ 1.000,00 % Realização (b/a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>25.100.139</b>	<b>24.070.824</b>	<b>95,90</b>
Pessoal e Encargos	13.217.062	12.828.657	97,06
Juros e Encargos da Dívida	510.667	503.486	98,59
Outras Despesas Correntes	11.372.411	10.738.681	94,43
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	3.609.729	3.567.638	98,83
<i>Outras Despesas Correntes</i>	7.762.682	7.171.042	92,38
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.283.532</b>	<b>3.068.706</b>	<b>71,64</b>
Investimentos	2.857.108	1.752.502	61,34
Inversões Financeiras	512.577	404.295	78,87
Amortização da Dívida	913.846	911.908	99,79
<b>Reserva de Contingência</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29.383.671</b>	<b>27.139.530</b>	<b>92,36</b>

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

### Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2011, o montante de R\$ 12.828.657 mil, correspondendo a 97,06% do valor orçado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra, por Poder, a relação do gasto de pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida, com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando que todos os Poderes permaneceram abaixo do limite máximo permitido.

**Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida**  
**Exercício de 2011**

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo, inclusive Defensoria Pública	44,41	46,17	48,60
Legislativo	2,54	3,23	3,40
Judiciário	5,42	5,70	6,00
Ministério Público	1,51	1,90	2,00
<b>Total</b>	<b>53,88</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

Fonte: Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

**Dívida Pública**

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2011 registrou um montante de R\$ 10.414.665 mil, sendo R\$ 8.309.380 mil referentes à dívida interna e R\$ 2.105.285 mil correspondentes à dívida externa.

**Dívida Consolidada**  
**Exercício de 2011**

Tipo	Valor	R\$ 1.000,00
		%
Interna *	8.309.380	79,79
Externa	2.105.285	20,21
<b>Total</b>	<b>10.414.665</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sicof

\* Incluído o valor de R\$ 329.328 mil relativo a precatórios (outras)

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL correspondeu a 0,46 em 2011. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2,00 vezes a RCL, conforme os dados em 31.12.2011.

**Posição da Dívida Pública**  
**Exercício de 2011**

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	0,46 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	2,33%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	0,48%

Fonte: Sefaz / Copaf / Relatórios de Gestão Fiscal

A análise do resultado fiscal relativo ao exercício de 2011 demonstra o cumprimento das metas de gestão fiscal.

**ANEXO II – C**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso II da LC nº 101/2000)

<b>Especificação</b>	<b>Valores a Preços Correntes</b>						R\$ 1.000,00
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012**</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	
Receita Total	24.859.188	27.074.535	28.950.772	32.814.329	34.581.915	36.888.594	
Receitas Primárias (I)	23.880.901	26.207.968	27.530.310	30.764.173	33.049.554	35.283.667	
Despesa Total	24.667.993	27.139.530	28.950.772	32.814.329	34.581.915	36.888.594	
Despesas Primárias (II)	23.106.239	25.435.024	26.850.412	30.233.924	32.469.560	34.613.588	
Resultado Primário (I - II)	774.662	772.944	679.898	530.249	579.994	670.079	
Resultado Nominal	(177.940)	(139.119)	435.047	2.434.697	2.026.000	272.688	
Dívida Pública Consolidada	10.425.936	10.414.665	10.824.469	13.281.251	15.313.591	15.592.647	
Dívida Consolidada Líquida	9.057.007	8.917.888	9.352.935	11.787.632	13.813.632	14.086.320	

<b>Especificação</b>	<b>Valores a Preços Constantes*</b>					
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012**</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Receita Total	28.040.925	27.141.230	28.950.772	31.068.304	31.331.904	31.982.565
Receitas Primárias (I)	26.937.426	27.240.521	27.530.310	29.127.235	29.943.554	30.591.086
Despesa Total	27.825.259	28.208.785	28.950.772	31.068.304	31.331.904	31.982.565
Despesas Primárias (II)	26.063.615	26.437.125	26.850.412	28.625.200	29.418.068	30.010.125
Resultado Primário (I - II)	873.811	803.397	679.898	502.035	525.486	580.961
Resultado Nominal	(200.715)	(144.600)	435.047	2.305.149	1.835.596	236.422
Dívida Pública Consolidada	11.760.355	10.824.987	10.824.469	12.574.566	13.874.418	13.518.890
Dívida Consolidada Líquida	10.216.217	9.269.239	9.352.935	11.160.421	12.515.426	12.212.898

Fonte: Seplan / Sefaz

\* Preços médios esperados para 2012 com base na projeção do IGP-DI

\*\* Orçado Inicial

As metas fiscais previstas para o período 2013-2015 encontram-se demonstradas nos Anexos I-A1 e A2, cujos cálculos foram desenvolvidos conforme a metodologia descrita a seguir.

## **Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2013-2015**

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2013 a 2015, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

### **I - Ajuste dos dados passados**

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2008 a 2011, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como, lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de determinação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2012, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores. Caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente;
- f) verificação dos números realizados até o primeiro bimestre de 2012, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2013-2015.

### **II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro**

#### **a) Efeito PIB**

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas no Projeto de LDO/2013 da União, conforme estão apresentadas na tabela seguinte.

No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 4,2%. Esta expectativa assenta-se nos resultados alcançados pela economia baiana em 2011 e na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional, bem como as consequências da crise fiscal nos países da zona do euro. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso expresso pelas taxas abaixo referidas.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2013-2015, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), projetado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, apresentado na tabela abaixo.

**Parâmetros Macroeconômicos**

Parâmetro	2013	2014	2015	(%)
IGP-DI	5,62	4,50	4,50	
PIB - Br	5,50	6,00	5,50	
PIB - Ba	4,20	4,60	4,20	

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram incluídas no Sistema Informatizado de Planejamento - Siplan diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Esses valores informados, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica. Este mesmo procedimento foi adotado para as receitas próprias das entidades da Administração Indireta.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2013-2015, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçado do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos, dentre outros.

**ANEXO II – D1**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso III da LC nº 101/2000)

**Evolução do Patrimônio Líquido (preços correntes)**

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>R\$ 1,00</b>
Patrimônio/Capital	(52.507.326.284)	100	(47.276.059.243)	100	(40.519.743.165)	100	
Reservas	-	-	-	-	-	-	
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>(52.507.326.284)</b>	<b>100</b>	<b>(47.276.059.243)</b>	<b>100</b>	<b>(40.519.743.165)</b>	<b>100</b>	

**Regime Previdenciário**

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	(57.013.561.324)	100	(50.333.719.414)	100	(42.585.728.760)	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(57.013.561.324)</b>	<b>100</b>	<b>(50.333.719.414)</b>	<b>100</b>	<b>(42.585.728.760)</b>	<b>100</b>

Fonte: Sicof / Sefaz / SAF / Copaf

**ANEXO II – D2**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso III da LC nº 101/2000)

Discriminação	2011	2010	2009
<b>Receita Realizada</b>			R\$ 1,00
<b>Receita de Capital – Alienação de Ativos (I)</b>	<b>8.339.188</b>	<b>12.662.975</b>	<b>4.351.568</b>
Alienação de Bens Móveis	5.064.867	5.643.325	3.153.006
Alienação de Bens Imóveis	3.274.321	7.019.651	1.198.562
<b>Despesa Executada</b>			
<b>Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)</b>	<b>4.391.632</b>	<b>5.024.613</b>	<b>427.775</b>
Despesa de Capital	4.391.632	5.024.613	427.775
Investimentos	3.468.925	5.024.613	427.775
Inversões Financeiras	922.707	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
<b>Saldo Financeiro a Aplicar</b>			
<b>No ano (III = I – II)</b>	<b>3.947.556</b>	<b>7.638.362</b>	<b>3.923.793</b>
<b>Até o ano (IV = III + saldo acumulado do ano anterior)</b>	<b>2.621.370</b>	<b>(1.326.186)</b>	<b>(8.964.548)</b>

Fonte : Sicof / Sefaz / Saf / Copaf

Nota: O valor acumulado de 2009 contempla o saldo financeiro dos exercícios anteriores.

**ANEXO II – E**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso IV da LC nº 101/2000)

A Lei nº 10.955/07, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, criou na estrutura da Secretaria da Administração do Estado da Bahia a Superintendência de Previdência - Suprev, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a citada Lei, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia deixou de integrar a estrutura da Secretaria da Fazenda e passou para a Secretaria da Administração, sendo alterada a sua denominação para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, porém manteve a sigla Funprev. Também com o advento desta Lei foi criado outro fundo, o Baprev - Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, sendo ambos administrados pela Suprev.

Os fundos têm por finalidade reunir, arrecadar e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, com participação contributiva do Estado como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

De acordo com o art. 5º, combinado com o art. 4º e o art. 17 da reportada Lei, as receitas previstas para o Baprev serão capitalizadas em uma conta exclusiva, a fim de que os seus recursos sejam destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008.

Já o Funprev é constituído de duas contas, segundo o disposto no art. 7º, combinado com o art. 6º e o art. 17 da citada Lei:

- 1) uma conta para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes, ficando o Governo do Estado encarregado de repassar os recursos para a cobertura do déficit previdenciário; e
- 2) uma segunda conta capitalizada, que receberá 2% da contribuição patronal e a receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, notadamente os valores repassados mensalmente pelo INSS, conta essa que deverá capitalizar-se por pelo menos 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2008, com o objetivo de gerar recursos que venham, no futuro, reduzir o impacto do déficit previdenciário sobre as contas do Tesouro Estadual, buscando o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. - RPPS. No período compreendido entre 2009 e 2014, os recursos creditados e acumulados nesta conta, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do Funprev, consoante autorização disposta no artigo 1º da Lei nº 11.474/09 e do artigo 20 da Lei nº 12.204/2011, tendo sido utilizado entre os exercícios de 2009 e 2011 o valor de R\$ 412.894.898,68..

## Receitas e Despesas dos Fundos Previdenciários

Nos quadros abaixo estão demonstradas as receitas arrecadadas e as despesas executadas do Funprev e do Baprev durante o exercício de 2011, os valores orçados para 2012 e a estimativa para o exercício de 2013.

### Funprev – Receitas e Despesas

Exercício Receita / Despesa	2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Previdenciária	<b>887.772</b>	<b>26,94</b>	<b>817.483</b>	<b>20,88</b>	<b>850.183</b>	<b>20,43</b>
Contribuições dos Servidores	747.772	22,69	817.483	20,88	850.183	20,43
Compensação Financeira	140.000	4,25				
Receita Intraorçamentária	<b>1.314.317</b>	<b>38,89</b>	<b>1.475.836</b>	<b>37,69</b>	<b>1.534.870</b>	<b>36,87</b>
Contribuição Patronal	1.314.317	38,89	1.475.836	37,69	1.534.870	36,87
Receita Patrimonial	<b>680</b>	<b>0,02</b>	<b>1.471</b>	<b>0,04</b>	<b>1.530</b>	<b>0,04</b>
Outras Receitas Correntes	<b>1.092.260</b>	<b>33,15</b>	<b>1.621.285</b>	<b>41,40</b>	<b>1.775.831</b>	<b>42,66</b>
Repasses do Tesouro Estadual	1.088.848	33,05	1.621.285	41,40	1.775.831	42,66
Outras	3.412	0,10				
Receita de Capital	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Receitas</b>	<b>3.295.029</b>	<b>100,00</b>	<b>3.916.075</b>	<b>100,00</b>	<b>4.162.414</b>	<b>100,00</b>
Despesa Previdenciária	3.292.757	100,00	3.916.075	100,00	4.162.414	100,00
Administração Geral	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas	3.292.757	100,00	3.916.075	100,00	4.162.414	100,00
Reserva Prev. p/ Cap. Funprev	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>3.292.757</b>	<b>100,00</b>	<b>3.916.075</b>	<b>100,00</b>	<b>4.162.414</b>	<b>100,00</b>
<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>2.272</b>	-	-	-	-	-

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2011, Orçamentos 2012 e Estimativas 2013.

As contribuições do Estado e dos beneficiários foram as principais fontes de financiamento do Funprev em 2011, representando 61,58% das receitas. No entanto, em 2012, o orçamento prevê uma participação de 58,57%, e para 2013, estima-se uma diminuição para 57,30%. Para compensar a redução da receita própria do Fundo, o Tesouro vem aumentando o volume de repasse para cobertura do déficit, passando de 33,05% em 2011 para 41,40% em 2012, e estima-se 42,66% para 2013.

A previsão é que o Estado participe no financiamento dos benefícios previdenciários com a contribuição patronal e com repasses do Tesouro da ordem de 79,09% e 79,53% para os exercícios de 2012 a 2013, respectivamente. As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas ainda mantêm-se com uma participação relativamente baixa, com percentuais inferiores a 25% para o financiamento do sistema.

## Baprev – Receitas e Despesas

Exercício Receita / Despesa	2011		2012		2013		R\$ 1.000,00
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Receitas Previdenciárias	<b>57.047</b>	<b>27,96</b>	<b>58.813</b>	<b>31,42</b>	<b>61.753</b>	<b>31,42</b>	
Contribuições dos Servidores	57.047	27,96	58.813	31,42	61.753	31,42	
Receitas Intraorçamentárias	<b>114.110</b>	<b>55,94</b>	<b>117.592</b>	<b>62,82</b>	<b>123.472</b>	<b>62,82</b>	
Contribuição Patronal	114.110	55,94	117.592	62,82	123.472	62,82	
Receita Patrimonial	<b>32.845</b>	<b>16,10</b>	<b>10.778</b>	<b>5,76</b>	<b>11.317</b>	<b>5,76</b>	
<b>Total das Receitas</b>	<b>204.002</b>	<b>100,00</b>	<b>187.183</b>	<b>100,00</b>	<b>196.542</b>	<b>100,00</b>	
Despesas Previdenciárias	441	100,00	187.183	100,00	196.542	100,00	
Inativos e Pensionistas	441	100,00	187.183	100,00	196.542	100,00	
<b>Total das Despesas</b>	<b>441</b>	<b>100,00</b>	<b>187.183</b>	<b>100,00</b>	<b>196.542</b>	<b>100,00</b>	
<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>203.561</b>	-	-	-	-	-	-

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2011, Orçamentos 2012 e Estimativas 2013.

Assim como no Funprev, as contribuições do patronal e dos servidores foram as principais fontes de financiamento do Baprev em 2011, que representaram 83,90% das receitas deste Fundo. Para os anos de 2012 e 2013, está prevista uma participação de 94,24%.

Importante ressaltar que a totalidade da despesa do Funprev e do Baprev é com o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que as despesas correntes e de capital destes Fundos foram consignados no orçamento da Secretaria da Administração a partir do advento da Lei nº 10.955/07.

### Avaliação Atuarial dos Fundos Previdenciários

A avaliação atuarial é um estudo técnico baseado em levantamento de dados estatísticos em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência. O exercício se fundamenta na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 30 anos.

Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de *turn-over*, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro e indexador do sistema atuarial. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes.

Os quadros seguintes apresentam a posição, em 31/08/2011, da provisão matemática de benefícios do Funprev e do Baprev, respectivamente.

**Provisão Matemática de Benefícios**  
**Posição em 31/08/2011**

**Funprev**

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática	R\$ 1.000,00
<b>Benefícios já concedidos</b>	<b>98.806</b>	<b>247.232</b>	<b>32.670.564</b>	
Aposentadorias	79.219	209.686	27.871.099	
Pensão por morte	19.587	37.546	4.799.465	
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>123.338</b>	<b>414.672</b>	<b>24.764.405</b>	
Aposentadorias e Pensões	123.338	414.672	24.764.405	
<b>Total do Passivo Atuarial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.434.970</b>	

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

**Baprev**

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática	R\$ 1.000,00
<b>Benefícios já concedidos</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>7.289</b>	
Pensão por morte	19	33	7.289	
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>15.298</b>	<b>38.457</b>	<b>98.552</b>	
Aposentadorias e Pensões	15.298	38.457	98.552	
<b>Total do Passivo Atuarial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.842</b>	

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder. O Funprev e o Baprev apresentavam, em 31/08/2011, respectivamente, a situação descrita nos quadros seguintes.

**Funprev**

Item	Valor	R\$ 1.000,00
Fundo de Previdência	57.191	
Provisão Matemática	57.434.970	
Déficit Técnico Total	57.377.779	

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

**Baprev**

Item	Valor	R\$ 1.000,00
Fundo de Previdência	307.747	
Provisão Matemática	105.842	
Superávit Técnico Total	201.905	

Fonte: Relatórios gerenciais da Digef  
Relatório de Avaliação Atuarial – ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

A reserva matemática representa o montante de recursos necessários para manutenção dos benefícios aos níveis atuais de contribuição. Diante da existência de déficit técnico, a sua cobertura deverá ser feita ao longo do tempo, através das contribuições dos beneficiários, da contribuição patronal e por aportes adicionais do Tesouro, em valores crescentes, o que já vem ocorrendo com o Funprev, conforme demonstrado no quadro de receita e despesa, sob o título Repasses do Tesouro Estadual.

**ANEXO II – F1**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso V da LC nº 101/2000)

Previsão da Renúncia da Receita

R\$ 1.000,00

<b>Tributo</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Programa</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Território de Identidade</b>	<b>Compensação *</b>
ICMS	Crédito presumido	Informática	4.141	4.348	4.566	Metropolitano de Salvador e Litoral Sul	
ICMS	Crédito presumido	FazBahia	16.809	17.649	18.532	Estado	
ICMS	Crédito presumido	Programa de Desenvolvimento do Algodão - Proalba	34.833	36.574	38.403	Oeste Baiano	
ICMS	Financeiro e crédito presumido	Programa Automotivo da Bahia - Proauto	849.686	892.170	936.779	Metropolitano de Salvador	
ICMS	Crédito presumido e redução da base de cálculo	Outros de Natureza Fiscal	78.280	82.194	86.304	Estado	
ICMS	Dilatação de pagamento e financeiro	Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve	1.739.565	1.826.544	1.917.871	Estado	
<b>Total</b>			<b>2.723.315</b>	<b>2.859.481</b>	<b>3.002.455</b>		

Fonte: Sefaz

Notas:

1. O cálculo teve como parâmetro a renúncia prevista e efetiva de 2011;
2. Para o Desenvolve, considerou-se a média de renúncia por empresa no 3º quadrimestre de 2011 mais um incremento relacionado ao número de empresas beneficiárias deste programa, que se tornou a principal ferramenta de atração e ampliação de empresas industriais do Estado.;
3. Para o Proauto, tomou-se a renúncia da principal empresa beneficiária do programa em 2011 em que operou, praticamente, na sua capacidade plena, e projetou-se um crescimento de 5% para os próximos anos, relacionado às vendas no mercado nacional, uma vez que não há renúncia nas exportações;
4. Para os anos seguintes a 2013, considerou-se um incremento anual de 5%.

Com relação às medidas de compensação à renúncia de receita, vale ressaltar que, na estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2013, estas renúncias já foram expurgadas para o cálculo dos tributos correspondentes e, desse modo, não se observará impacto na receita.

Quanto à compensação para as despesas obrigatórias de caráter continuado, esta se dará pela ampliação da base de cálculo refletida pelo crescimento real da atividade econômica, cujo cálculo está amplamente explicitado no Anexo I – F2 das Metas Anuais desta proposta.

**ANEXO II – F2**  
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013**  
**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS**  
**OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**METAS ANUAIS**  
(Art. 4º, § 2º. Inciso V da LC nº 101/2000)

**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

Evento	R\$ 1.000,00	Valor Previsto 2013
<b>Aumento Permanente da Receita</b>		<b>1.254.600</b>
(-) <i>Aumento referente a transferências constitucionais</i>		313.650
(-) <i>Aumento referente a transferências do Fundeb</i>		188.190
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>		<b>752.760</b>
<b>Margem Bruta</b>	(II) = (I)	<b>752.760</b>
<b>Saldo Utilizado da Margem Bruta</b>	(III)	<b>601.858</b>
<i>Impacto de novas despesas obrigatórias de caráter continuado</i>		198.293
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>		403.565
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC</b>	(IV) = (II) - (III)	<b>150.902</b>

Fonte: Seplan / Saeb

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da referida Lei, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2013, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Para esta apuração foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB/Ba, 4,2%, e como expectativa de inflação média, 5,62%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$ 752,8 milhões.

Considerando R\$ 403,6 milhões como impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$ 198,3 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$ 150,9 milhões, conforme demonstrado no quadro acima.